



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR AS CAUSAS E RESPONSABILIDADES PELA RECORRÊNCIA DOS INCÊNDIOS EM FAVELAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, BEM COMO AS PROVIDÊNCIAS QUE O PODER PÚBLICO VEM ADOTANDO PARA PREVENIR NOVOS SINISTROS E O EFETIVO CUMPRIMENTO DAS FINALIDADES DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO
(PROCESSO RDP Nº 08-0006-2012)

PRESIDENTE: RICARDO TEIXEIRA

TIPO DA REUNIÃO: ORDINÁRIA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Declaro aberta a sexta reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito Incêndios, Processo RDP 8006/2012, com a presença da Sra. Vereadora Juliana Cardoso e dos Srs. Vereadores Floriano Pesaro e Ushitaro Kamia.

Esta reunião está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo – www.camara.sp.gov.br, *link* TV Câmara e Auditórios On-Line.

Foi convocada para depor nesta reunião a Sra. Elizabete França, Secretária-Adjunta da Habitação, a quem solicito a leitura do Termo de Compromisso.

A SRA. ELIZABETE FRANÇA – Boa tarde a todos. Eu, Elizabete França, convocada para depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as causas e responsabilidades pela recorrência dos incêndios em favelas no município de São Paulo, bem como as providências que o Poder Público vem adotando para prevenir novos sinistros, e o efetivo cumprimento das finalidades dos projetos e programas de assistência à população, com prazo de 120 dias, Processo RDP 8006/2012, comprometo-me, sob as penas da lei, especialmente nos termos nos artigos 342 do Código Penal e do art. 803 do Código de Processo Penal, a dizer tudo que sei a respeito da matéria enfocada. São Paulo, 12 de dezembro de 2012.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO – Indago há quórum para fazer esta oitiva e se há quórum na Comissão para dar prosseguimento aos trabalhos. Indago.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Há quórum.

O SR. FLORIANO PESARO – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Pois não. Pela ordem, Vereador.

O SR. FLORIANO PESARO – Presidente, nesta semana, um veículo de comunicação, aqui de São Paulo, a rádio CBN, divulgou várias vezes, ao longo do dia,

informações a respeito desta CPI, desqualificando absolutamente o trabalho da CPI. Absolutamente. Chamando praticamente de uma atividade de quase sem nenhum sentido, e atividades dos Parlamentares, citando nomes dos Parlamentares e assim por diante.

Muito bem, eu tomei providências, evidentemente, como fui citado na matéria, por mais de três vezes, ao longo do dia, de dizer que eu não fazia parte desta CPI, que entrei nesta CPI a menos de 15 dias, esta é a minha primeira reunião como membro da CPI.

Estou, como líder do PSDB substituindo o Vereador Aníbal de Freitas que, por motivos pessoais, solicitou à liderança o afastamento da CPI, nós aceitamos e estamos dando – digamos – cobertura ao Vereador que saiu, Aníbal de Freitas, como líder ocupando este espaço, que é um espaço que foi reservado ao PSDB.

Eu queria, diante dos fatos, que na minha opinião são lamentáveis, porque as partes não são ouvidas, ou seja, não há o direito democrático de manifestação do contraditório, quando um veículo de comunicação coloca desta forma, e da forma como foi divulgado.

O prejuízo sempre é enorme, porque não há o direito de defesa ou o contraditório.

Então, eu queria solicitar à Presidência da CPI, aguardava o Vereador Ricardo Teixeira, e solicitar à Presidência da Casa, junto à Presidência da CPI, que envie, através do Departamento de Comunicação da Casa, se for o caso, envie todas as informações de que esta CPI já produziu até o presente momento. Todo o andamento da CPI para que os veículos de comunicação tomem ciência daquilo que foi feito até o presente momento.

E solicitar, também, que o senhor relator, se for o caso, já apresente, o mais breve possível, um relatório parcial – está acabando o nosso prazo, o nosso prazo me parece que até o próximo dia 18 -, que informe também através de um relatório parcial os veículos de comunicação – em especial à rádio CBN – que foi quem fez as acusações, que possam ser divulgadas, também, o mais breve possível.

Essas as minhas considerações, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - É nobre o seu pleito.

Antes de a gente colocar em votação o requerimento do Vereador Floriano Pesaro, queríamos também aproveitar este momento e informar que o Presidente Ricardo Teixeira sempre passou todas as informações para a imprensa escrita, para a imprensa falada, televisiva, todos que aqui estiveram.

Mas, mesmo assim, nós iremos submeter agora a votos, para ver se a gente encaminha a aprovação do requerimento que acho muito justo. Acho que nós temos que realmente explicar tudo o que está acontecendo, desde a primeira reunião, desde a primeira reunião da CPI, apurando os fatos, onde todos que aqui vieram tiveram a oportunidade de falar, representante daquelas favelas que tiveram incêndio, das comunidades que sofreram incêndio.

Vários representantes já estiveram aqui presentes e muitos deles sem uma explicação mais oficial.

Por isso, hoje nós estamos também recebendo a Secretária Adjunto Bete França, já entrevistamos os Subprefeitos de cada região que houve incêndio.

Então, eu gostaria de submeter a votos, a aprovação do requerimento do Vereador Floriano.

Pela ordem, a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – A votação.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - É. Eu gostaria de submeter a votos. Isso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Voto “sim”, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) - Vereador Kamia “sim”?

Vereador Floriano é quem fez o requerimento, então, já está aprovado o requerimento do Vereador, que passa-se agora da Comissão, para que possamos realmente esclarecer à imprensa o que eles já sabem, Vereador. Mas, infelizmente eles têm realmente essa prática e nós temos que informar.

Apesar de que eles já foram totalmente informados, mas, enfim, vamos agora

passar à apreciação.

Eu gostaria de saber ...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Pois não, Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eu também gostaria de estar colocando que é a primeira vez que estou vindo à Comissão e gostaria de dar uma explicação, até para constar nos autos que o PT (Partido dos Trabalhadores), na ocasião em que foi colocada essa CPI, nós tivemos uma posição de não estar presente nessa CPI porque estávamos batalhando na Casa para ter a CPI do Sorocabano. Na calada da noite foi colocada essa CPI que era a última CPI que poderia colocar no ano para que não houvesse a CPI do Sorocabano.

Então, o PT, em protesto, não compôs essa CPI porque a gente sabia que era, exclusivamente, para poder derrubar a CPI do Sorocabano. Ocorre que, devido há esse tempo, os incêndios aconteceram muito mais frequentemente, então, a Bancada reformulou e se posicionou para estar colocando a minha pessoa, representando o Partido dos Trabalhadores aqui.

Hoje, vim preparada para a audiência e para estar acompanhando, mesmo que seja nestes últimos dois dias, pois acho que faltam mais duas sessões, se não me engano, que foi convocada essa agora e convocada uma, na sexta-feira, que recebi o comunicado para poder estar ajudando dentro dos trabalhos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Eu não tenho conhecimento que essa CPI existiu para deixar de existir a outra. Fui convidada para participar dessa CPI, onde foi nomeado o Presidente Ricardo e onde fui nomeada Vice-Presidente e os nossos Vereadores, então, nosso objetivo é realmente de apurar o motivo pelo qual tem havido muitos incêndios e que preocupa a todos. Independentemente de partidos, preocupa a todos.

Então, eu gostaria de saber se a nobre Secretária Adjunta Elisabete França tem

algum documento a apresentar inicialmente, antes de os Vereadores fazerem as perguntas. Gostaria de saber se a senhora tem alguma documentação para entregar aqui para a nossa CPI?

A SRA. ELISABETE FRANÇA – Não trouxe nenhum documento. Vim preparada para responder as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Aqui nós já estamos oficializando para enviar aos órgãos de imprensa o relatório sobre as atividades da CPI, bem como a quota do relatório parcial, em especial, para Rádio CBN, que fez a matéria sobre o tema.

Tem a palavra o nobre Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO – Secretária, Bete França, a senhora é uma das pessoas da Cidade e, seguramente, no Governo, que mais conhecem o tema da habitação na Cidade de São Paulo. É uma das especialistas, autoridade no tema. Durante a campanha eleitoral tivemos uma campanha que ocorreu, no seu calendário, durante o período de maior seca na Cidade de São Paulo, como sempre, o período do meio do ano.

Durante esse período nós tivemos uma série de incêndios, não tenho registro de que esses incêndios tenham sido em maior, ou menor quantidade do que em anos anteriores. Eu não tenho, não sei se a CPI já tem essas informações, mas também não tenho registro de que esses incêndios, neste ano especificamente, tenham sido em maior, ou menor quantidade do que em anos anteriores.

No entanto, durante esse período – e isso motivou a criação dessa Comissão Parlamentar de Inquérito – entre várias outras que estavam na fila de espera, a motivação da criação dessa CPI, evidentemente, se deu pela quantidade de incêndios que estavam tendo no momento e nós tivemos diversas matérias sobre temas e debates aqui na Casa; matérias jornalísticas e debates aqui na Casa, sobre a não aplicação de uma legislação específica no Município de São Paulo, se não me falha a memória, até de autoria de um colega nosso - parece-me o Vereador Celso Jatene, não sei se exatamente – mas é uma legislação que foi

aprovada aqui na Casa, que prevê um treinamento e um plano de combate a incêndio na Cidade de São Paulo.

Há um programa. Qual o nome do programa?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FLORIANO PESARO – Previn? (Pausa) Previn.

A primeira pergunta, evidentemente, é se esse programa foi executado, ou vem sendo executado, e por quem? Se era uma função da Secretaria de Habitação, se era uma função – o exercício desse programa – da Secretaria de Subprefeituras, ou descentralizado, enfim, gostaria de obter alguma informação em relação a esse programa.

Mas, porque eu citei o ano eleitoral? Durante o período eleitoral, nas redes sociais especialmente, mas não só, comentários, inclusive, de alguns jornalistas, de que muitos desses incêndios, supostamente seriam incêndios criminosos.

E mais grave de tudo é que militantes do PT e de outros partidos, inclusive, alegaram, nas redes sociais e em entrevistas aos jornais, de que esses incêndios criminosos estariam sendo provocados pela própria Prefeitura, o que não me parece uma barbaridade absoluta, não é? Evidentemente que isso é um discurso, provavelmente eleitoreiro.

Mas imaginar que alguém pode por fogo numa favela para retirar aquelas pessoas que estão lá, famílias etc., por uma questão de reocupação do espaço e supostamente citado como uso imobiliário ou de especulação entre aspas imobiliária, me parece uma coisa totalmente estapafúrdia, um pensamento absolutamente irracional. Mas foi divulgado nas redes sociais. E foi divulgado por parte da Imprensa de que os incêndios em favelas de São Paulo seriam criminosos nesse sentido: no sentido de afugentar, afastar e requalificar o espaço, ocupado muitas vezes, ou invadido como se queira, por conta de agentes supostamente públicos, o que não acredito.

Mas fica aqui a pergunta, porque tem de ser respondida de uma vez por todas.

Ainda ontem, depois da matéria da CBN sobre a CPI das favelas – em que

escolhambaram o andamento essa CPI – muitas pessoas me perguntaram, através das redes sociais, se, de fato, não era para ser investigado, porque os incêndios foram criminosos para... aliás, alguns indicaram até Subprefeitos envolvidos, coisa completamente... mereciam uma investigação policial se isso de fato tem alguma procedência.

Então a senhora que está no comando da Secretaria de Habitação, acompanhou etc., queria que nos contasse um pouco qual o sentimento e se há algum traço de realidade, ou de verdade, nas coisas que aconteceram.

Indagando o Secretário da Defesa Civil, o Coordenador da Defesa Civil, Coronel Jair Paca, um homem que tenho profundo respeito e conheço há muitos e muitos anos, ele alegou que grande parte dos incêndios nas favelas, neste ano, foram frutos da seca que São Paulo teve, especialmente no período entre o final de maio e abril, maio e junho, até o final de agosto, e que não havia nenhum tipo de registro de ocorrência que pudesse levar a um incêndio criminoso.

Então, ficam aqui minhas indagações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Ainda, pela ordem, a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO - Obrigada, Presidente, é que eu pedi a palavra, até que minhas perguntas vão ser em conjunto com o Vereador Floriano.

Mas eu queria antes colocar, Vereador Floriano, que realmente a CPI dos incêndios tivemos muitas dificuldades para ela estar funcionando. Em vários momentos não teve quórum porque os Vereadores não compareciam; em vários momentos a reunião teve de ser adiada.

Então não teve um empenho, de fato, dos Vereadores que estavam aqui representados e que, neste momento, muitos deles foram substituídos – até onde acompanhei – e que não funcionou.

Então, primeiro temos, de uma forma clara e direta, que a CPI, neste ano, teve

muitas dificuldades de estar funcionando.

Isso é uma coisa. Outra relação que o senhor coloca e também quero indagar à Secretária é que nesse período de 2012 ocorreram 38 incêndios em 28 favelas diferentes na cidade de São Paulo. Hoje existem 1603 favelas registradas pela Prefeitura, de acordo com as informações que pegamos, com mais ou menos 2 milhões de habitantes, dados aproximados. Dessas, apenas 50 favelas possuem o Previn, ou seja, 3% do total.

Dessas 50, em apenas 4 favelas, o que correspondem a 8%, ocorreram incêndios, ou seja, 24 favelas que não tinham Previn foram atingidas. E mesmo assim, das 4, em pelo menos uma, a do Moinho, o programa não funcionava direito. Pergunta: por que a Prefeitura não adotou o Previn em todas as favelas da cidade? Existe alguma justificativa para tantos incêndios na cidade? Em relação a essa questão de falar que o tempo seco faz ter incêndio, se o tempo seco e a baixa umidade são um dos motivos, os demais municípios deveriam ter também incêndio, mas isso não aconteceu. Essa situação só ocorre aqui na cidade de São Paulo. E, por incrível que pareça, em todos os lugares onde ocorreram, são locais de especulação imobiliária, Vereador. É só pegar o mapeamento. Se olhar o mapeamento onde há incêndio em favela, é onde se sabe que a especulação imobiliária tentou, diversas vezes, retirar as pessoas. Primeiro, vieram com um decreto – e isso é o absurdo dos absurdos, juridicamente; o senhor que acompanha a questão da justiça sabe. Colocaram um decreto em que a Prefeitura poderia tirar as pessoas sem ordem judicial. Colocavam simplesmente o Guarda Civil Metropolitano para fazer a reintegração de posse. Os movimentos das comunidades tiveram de se organizar na Justiça, Defensoria Pública, Ministério Público para barrar isso. Eu, diversas vezes, tive de barrar ações da Prefeitura perguntando: Vocês querem tirar, onde está a ordem judicial? Alegavam que tinha um decreto e eu dizia: Isso não existe. É só aqui na cidade de São Paulo.

Então, a minha pergunta, Secretaria, é: a senhora acredita que é apenas muita coincidência a existência dessa onda de incêndios em favelas paulistanas em um momento

enorme de valorização imobiliária, incêndios ocorrendo justamente nas proximidades das operações urbanas e nos locais mais cobiçados pelo mercado de trabalho?

São esses dois itens. Tenho outros, mas no decorrer dos trabalhos vamos falando.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. SECRETÁRIA – O programa Previn é coordenado pela Secretaria de Subprefeituras. E imagino que já deve ter participado algum representante da Secretaria. Ele é coordenado, mas regido por uma portaria; algumas secretarias participam dele. O programa Previn, se não me falha a memória, teve início em 2010. Foram escolhidas como favelas-piloto as mais precárias da cidade de São Paulo. Em relação aos dados da Vereadora Juliana, quando ela diz que são 1.600 favelas que estão no nosso sistema, esse mesmo sistema qualifica cada um desses assentamentos pela sua precariedade. Seja por questão de área de risco, por falta de infra-estrutura, de vulnerabilidade social ou por questão de índices de saúde. Então, foram escolhidas as favelas mais precárias no sentido de construções com material precário: papelão, madeira, etc. A maioria das favelas de São Paulo não tem essa precariedade, 80% não têm, são de tijolo, etc.

Além disso, existe um programa de urbanização de favelas e, teoricamente, as favelas que estão no âmbito desse programa e no de mananciais, não teriam sentido ter o Previn nessas que estão sendo urbanizadas.

O Previn começou na favela Sonia Ribeiro, que foi incendiada, inclusive.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELISABETE FRANÇA - Sonia Ribeiro, ali na Operação Urbana Água Espreada. Ali na Av. Água Espreada. Teve Previn no Moinho e, ao contrário do que as pessoas dizem, funcionou. A brigada funcionou, etc. e tal. Agora, é um material precário de fácil combustão. Então eu acho que o Previn é um bom programa e, com certeza, não pode evitar toda a tragédia que aconteceu na Cidade nesses incêndios.

Agora, não sei se foi apresentado pelo Secretário ou por quem participou da

Secretaria da Coordenação das Subprefeituras, o número de incêndios é a mais ou a menos dos últimos 15 anos. Ele costuma acontecer com muita frequência nessas áreas precárias, então, não acredito que seja um fenômeno para beneficiar a especulação imobiliária nas áreas em que pegaram fogo. Mesmo porque, acho importante que se diga, que todas as famílias que tiveram a sua casa afetada e os seus pertences afetados, elas são atendidas no programa de Parceria Social ou de Aluguel Social. Todas, sem exceção, as que quiserem, recebem esse aluguel e todos recebem também um compromisso de atendimento da Secretaria da Habitação, assinado, inclusive, pela Secretária Adjunta - essa que vos fala - de atendimento habitacional.

Então, ela passa a estar na fila dos que têm atendimento habitacional definitivo garantido e considerando as normativas que existem, para o atendimento habitacional, definidas tanto pelo Governo Federal; no “Minha Casa, Minha Vida”; quanto a resolução do Conselho Municipal da Habitação, ela entra mais bem pontuada porque ela saiu do que se considera uma área de risco. E essas áreas em que ocorreram incêndios, como por exemplo, algumas que aconteceram na região da Água Espreiada que, como a Vereadora Juliana apontou, é uma área de valorização imobiliária, etc. e tal. Mas, é importante que se diga que existe um programa da Operação Urbana Água Espreiada onde estão já contratadas 4 mil unidades habitacionais para as famílias que moram em todas as favelas da Água Espreiada e estão conveniadas 6 mil unidades com a CDHU, um convênio escrito e afirmado, de construção de unidades extras que, por força da legislação da Operação Urbana Água Espreiada, são no âmbito do perímetro da Operação Urbana Água Espreiada.

Então, por exemplo, as famílias da Sonia Ribeiro, infelizmente, afetadas pelo incêndio, elas nem quiseram receber aluguel – a maioria delas – porque elas vão morar no empreendimento que está sendo construído ao lado com recursos da Operação Urbana Água Espreiada. Para quem conhece a região, ali na esquina da Água Espreiada com a Washington Luís, tem uma outra favela e tem um terreno onde está subindo um prédio. Então, as famílias já

vão para lá. E, então, eu não vejo motivo nenhum de ligar um incêndio a beneficiar a especulação, porque a especulação não está sendo beneficiada.

O Real Parque que, por exemplo - acho vocês todos conhecem -, fica do outro lado da Ponte Estaiada, ele foi objeto de um incêndio em 2002. As famílias foram deslocadas para um alojamento provisório – e bem provisório inclusive. Lá permaneceram. Houve um incêndio em 2008 ou 2009 – se não me falhe a memória – no alojamento, as famílias foram para aluguel e, hoje, as famílias já mudaram para as unidades do Real Parque construídas ali no Real Parque. Inclusive, em três terrenos que a Prefeitura comprou que não eram urgentes. Compramos terrenos – assim chamados – que seriam objeto de interesse do setor imobiliário para essas famílias que ali estão.

E no caso do Moinho que também foi muito divulgado, o Moinho é uma área complexa, existe ali um estudo de uma área contaminada, existe um trem etc, e tal e o que foi ofertado para as famílias que sofreram incêndios, foram cadastradas 800, 480, foram para aluguel e foi firmado um convênio, ainda não assinado, mas o empreendimento está em construção que chama-se Ponte dos Remédios, um terreno em plena Vila Leopoldina, nada mais de interesse de mercado. Esse terreno, inclusive, da Ponte dos Remédios onde estão sendo construídas as unidades a Prefeitura comprou de uma empreendedora imobiliária a Rossi Empreendimentos. Era uma Zeis, a Rossi ia lá construir um empreendimento enorme, comercial, de serviços, etc...Compramos. Já gastamos 30 milhões com a compra desse terreno, já gastamos cerca de cinco milhões de reais com início das obras. Estamos aguardando o fechamento do convênio com o Governo Federal e Estadual, que também entrará com parte dos recursos para viabilizar duas mil unidades habitacionais onde as 800 famílias que moram no Moinho tenha a opção de ir para lá, como também tem a opção de ir para o terreno ao lado do Moinho que a Prefeitura, está desapropriando para construção de “Minha Casa, Minha Vida”, o que foi acordado com o Governo Federal e Estadual. Nesse próprio terreno da Ponte dos Remédios, estava prevista a ida do pessoal que teve suas casas

incendiadas, da Favela do Ceagesp, também vão para esse empreendimento ao lado. No incêndio da Nova Jaguaré que é uma área valorizada, etc... e tal as famílias vão para empreendimento que já está subindo, é possível ir lá visitar, as primeiras lajes subindo que é na própria área do incêndio. Não é que acho, não acho. Não é possível fazer essa ligação. Põe fogo para entregar o terreno para interesses mobiliários porque os terrenos estão sendo aproveitados para as próprias famílias que perderam suas casas.

A SRA PRESIDENTGE (Edir Sales) – Em relação ao auxílio depois do incêndio, como é feita a dinâmica desse pagamento ao pessoal?

A SRA. ELISABETE FRANÇA – A Prefeitura tem um ritual de atendimento em casos de emergência. A primeira emergência é aquela do dia onde a Secretaria de Assistência Social atende com material de primeira necessidade, colchão, oferece abrigo, pasta de dente. Na sequência, fazemos um cadastro que confirma e as famílias são chamadas para receber o aluguel social ou a parceria social. Ela recebe, em geral, quatro meses adiantado por conta de facilitar os quatro meses adiantado, tipo calção ou coisas assim e na sequência ela vai recebendo a cada período de seis meses aproximadamente, dependendo, se é final de ano pode se estender, para evitar janeiro, fevereiro, quando a Prefeitura, sempre tem seus sistemas fechado até que então ela mude para residência definitiva.

A SRA PRESIDENTGE (Edir Sales) – E naqueles casos em que as famílias recebem o auxílio moradia e depois voltam. Se ocorrer novo incêndio, elas são remuneradas novamente?

A SRA. ELISABETE FRANÇA – Não é possível ter o controle de tudo. Mas a família que recebe o aluguel, ela é cadastrada. Caso ela vá para uma outra área que novamente sofra um processo de incêndio, ao checar o cadastro com o cadastro que temos e ocorrer uma duplicidade, ela não vai receber outro aluguel, ela já recebeu. Porque ele é permanente, ela pode ter ido e continuará a recebendo aluguel na outra favela. Mas o sistema de controle de cadastros é bastante preparado para detectar duplicidade, o que não significa

dizer que na nossa cidade, com 3 milhões de pessoas morando em certa condição de precariedade, isso possa não vir a ocorrer. Mas acredito que, numa situação de tanta emergência, uma família não tenha esse tipo de pensamento.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora, pela ordem de inscrição, passaremos a palavra para o Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO – Bete França, dos 38 incêndios ocorridos na Cidade, parece que apenas 5 ou 6 favelas – se não me falha a memória – estavam em regiões de maior valorização comercial. As demais ocorreram na periferia de São Paulo, onde elas se encontram em maior número, e em regiões mais centrais, como o Moinho, local totalmente degradado; o interesse imobiliário lá deve ser zero, ou próximo de zero. No entanto, eu insisto: só na cabeça de pessoas mal intencionadas, na minha visão, pode passar a ideia de que incêndios possam ter sido provocados de forma criminosa por agentes públicos, porque militantes do PT divulgaram isso durante a campanha eleitoral. Aliás, essa foi uma das motivações da abertura desta CPI, porque havia uma instrumentalização política do assunto. E o PT, o tempo todo, tentou divulgar e disseminar durante a campanha eleitoral que incêndios criminosos eram feitos. Inclusive alguns, de forma absolutamente irresponsável, chegaram a questionar subprefeitos ou agentes da subprefeitura, especialmente na zona Leste, no extremo Leste, onde não há esse nível de interesse imobiliário que se alega.

Por outro lado, Vereadora Edir Sales, V.Exa., que atua na região de Vila Prudente, Teotônio Vilela, Juta, conhece bem a região, a parte urbanizada e a parte não urbanizada; sabe dos riscos inerentes de uma ocupação irregular, ou de uma ocupação como a que se dá nas favelas de São Paulo: espacial, territorial. O Vereador Kamia também conhece bem. Eu fui Secretário de Assistência Social, entrei em cada favela de São Paulo. O risco de incêndio é iminente, óbvio; e o risco de alagamento, também; e o risco de desmoronamento, também. Todo mundo sabe disso, e providências estão sendo tomadas. Aliás, acho que também era importante a CPI fazer o comparativo, porque acho que, em tão pouco tempo, poucas vezes foi

feito tanto em matéria de urbanização – de verdade, e não os predinhos de “Cingapuras” e coisas do gênero na avenida, para dizer que está fazendo habitação popular, e atrás mantendo tudo igual. Todo mundo sabe a quantidade de “gatos” que há nessa região, de ligações elétricas clandestinas, de botijões de gás em locais totalmente inadequados. Em uma delas, inclusive, o incêndio foi provocado pela explosão de um botijão de gás. Foi algum terrorista do Hamas que esteve lá para explodir dentro da favela? Ora, pelo amor de Deus! Não se comprova. É um discurso político e, em minha opinião, eleitoral. Não se comprova essa ilação que se tenta fazer - e a Vereadora Juliana tentou fazer novamente aqui -; uma ilação entre incêndio, favela e especulação imobiliária.

Isso é para inglês ver, isso é conversa fiada.

Essa CPI tem que se concentrar no tema central, que é o Programa Previn de Prevenção a Incêndios e Urbanização. É isso que nós temos que fazer. O resto, eu arriscaria dizer que é mentira contada várias vezes para que se torne verdade. E nós já vimos isso acontecer na História muitas vezes: achar que alguém insano pode pôr fogo onde moram pessoas visando a algum interesse mobiliário, comercial. Então, nós não estaríamos vivendo num Estado de Direito, numa Cidade como São Paulo, estruturada, com departamentos, com Cohab, com secretarias, com subprefeituras, com subprefeitos. Imaginem essa maluquice.

Então, eu queria só reforçar esse assunto, Dra. Bete França, porque acho que esse assunto não pode ficar sem uma resposta clara em relação a supostas acusações. Aliás, a maior prova de que essas acusações foram feitas de forma irresponsável, na minha visão – falo como Vereador de São Paulo, não como líder do PSDB, e não estou autorizado pela minha bancada – é que o PT não quis fazer parte desta CPI das Favelas. Enquanto a sua militância nas redes sociais divulgava inverdades, na hora de discutir o PT se ausentou durante todo o ano. E a Vereadora disse a CPI trabalhou mal. Até posso, de alguma forma, aceitar que houve problemas. Eu não estava na CPI, mas o PT não participou em nenhum momento dessa discussão.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Tem a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vereador Floriano, se o senhor for querer colocar uma discussão séria como é a CPI dos Incêndios e partidarizar, a discussão vai chegar a lugar nenhum. Eu estou aqui porque eu quero respostas objetivas e claras. E só para lhe falar: não tem militância do PT que só fica falando. São outras pessoas que acreditam que ainda é possível, sim, valorizar o ser humano, porque da forma como essa Prefeitura tratou as pessoas de baixa renda da extrema periferia, isso ninguém disse, eu acompanhei. Ninguém me falou, eu acompanhei e sei muito bem como é a forma de tratamento da Prefeitura para essas famílias de baixa renda.

Já colocando uma pergunta que eu queria que a doutora me respondesse. No programa de regularização de favelas que a senhora fala, na Ponte dos Remédios vai ter um projeto de quantas unidades habitacionais?

A SRA. ELISABETE FRANÇA – Mil, setecentos e cinquenta e quatro.

P – Mil...?

R – Setecentos e cinquenta e quatro.

P – Quantas famílias estão credenciadas na Favela do Moinho e quantas famílias estão credenciadas na Água Espraiada que estão sendo atendidas?

R – Na Favela do Moinho, nós cadastramos, eu não posso dizer com precisão, mas foram 840, 850. Se quiserem, posso encaminhar o cadastro e tudo mais. Parte dessas famílias aceitou ir para o Moinho, a maioria dos que tiveram suas casas incendiadas. Porque dessas 800, 400 tiveram suas casas incendiadas e 400 continuam lá morando, não quiseram ser atendidas, estão esperando o prédio ficar pronto, *et cetera* e tal. E também nas várias reuniões que nós fizemos, quando do momento do incêndio – acho até que a senhora deve ter participado de algumas; eu me lembro de alguns parlamentares presentes –, solicitou-se que se desapropriasse um terreno ali ao lado do Moinho, que é um Z3, o que está sendo feito. As atas demonstram isso. Ficando em aberto se a pessoa optava por ir para a Ponte dos

Remédios ou ir para esse empreendimento.

P – Sim, mas a quantidade? Eu tenho a informação de que são mais de 7.500 famílias cadastradas da Água Espreiada.

R – Eu estou falando do Moinho. Eu não entrei ainda na Água Espreiada.

P – Eu tinha entendido que a senhora falou Água Espreiada.

R – Não, eu estou acabando o Moinho. Então, são 800 cadastradas; 400 estão em programas de aluguel. As 800 têm direito a ir ou para a Ponte dos Remédios, se assim quiserem, ou para esse terreno ali ao lado, que será o Minha Casa, Minha Vida.

Na ponte dos Remédios, serão construídas 1.700 unidades, ou acho que um pouquinho mais, 1.750 e uma série de equipamentos públicos: creche, UBS. Acho que até escola vai ter lá porque o terreno é muito grande.

Na Água Espreiada não urbanizada, nós fizemos um cadastro em 2009, na Água Espreiada ocupada pelas favelas. Aqui não tem ainda o córrego canalizado. Na época do Maluf, foi feita a parte que vai do Jardim Edith até aquela favela que pegou fogo, inclusive. Enfim, ele canalizou uma parte, vocês lembram bem as publicações sobre o tema, as famílias não foram atendidas, etc. e tal, mas sobraram remanescentes de favelas, inclusive o Jardim Edith. Nessa parte existem 1.100 famílias. Na outra parte, na que faz parte do projeto Água Espreiada – parque, túnel e unidades habitacionais – cadastramos 8.500 famílias, mil já estavam em aluguel, quer dizer, novecentas e poucas porque já tinham, em anos anteriores, passado por algum processo emergencial, ou seja, risco, enchente ou incêndio. Então, 8.500 mais mil são 9.500. Dessas 9.500 famílias têm 10.000 unidades, sendo que 4.000 já estão contratadas, em execução, terrenos sendo desapropriados, algumas já se deu início às obras, e 6.000 são conveniadas com o CDHU no âmbito daquele programa que há com o Governo Federal, Minha Casa Minha Vida.

Os terrenos todos para essas 10.000 unidades são no âmbito no perímetro da Operação Urbana Água Espreiada, ninguém pode morar fora, como rege a lei, a lei tem que ser

cumprida. E todos os terrenos, nós tivemos 56 terrenos com decreto de interesse social, alguns não se prestaram à construção de unidades habitacionais e demos – se não me engano – mais 20 decretos de interesse social para conseguir essas 10.000, e já temos terrenos suficientes.

Nessa parte aqui onde teve a fase Maluf, a primeira fase, tem cerca de 1.100 famílias. Para elas estamos construindo cerca de 500 unidades; mais o Jardim Edith, que são 240, são então 740. Então, ainda caberia e está se buscando em trabalho junto com a CDHU achar dois ou três terrenos – a CDHU já comprou dois terrenos, e nem comprou, eram do DER – para a construção das unidades faltantes, que são cerca de 600.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Então, na primeira fala da senhora tinha colocado que as unidades da Ponte dos Remédios ia fazer atendimento para as famílias do Moinho, que são 800 cadastradas, mais as famílias da Água Espraiada.

A SRA. ELISABETE FRANÇA – Foi alguma confusão. Ponte dos Remédios é para Moinho... São duas favelas que vocês devem conhecer, são muito precárias, estão ao lado do CEAGESP, a Favela da Lenha e a Japiaçú, também são para elas, e para algumas famílias que não caberão no terreno da Diogo Pires, que é para o incêndio da Nova Jaguaré.

P – Mas o que eu queria entender, Secretária, é que hoje as famílias que estão cadastradas, independente de ser especificamente do Moinho, Água Espraiada, hoje, a senhora tem quantos atendimentos de famílias que são ligadas à bolsa-aluguel, que tenham que ter um atendimento habitacional, o cadastro geral?

R – Desculpa, na Água Espraiada são mil.

P – Eu quero saber a quantidade total que a senhora tem hoje, no Município de São Paulo, de famílias cadastradas no Bolsa-Aluguel, que serão atendidas para moradia.

R – Ah, entendi. Hoje, na cidade de São Paulo não é Bolsa-Aluguel. Bolsa-Aluguel é um programa limitado a um período “x”, são 30 meses. A família recebe 30 meses um auxílio para pagar o aluguel e depois não recebe mais. Esse programa não é utilizado atualmente, atualmente é utilizado o aluguel-social. O aluguel é até a família ter a sua unidade habitacional

definitiva, ela recebe um termo de compromisso público firmado nesse sentido. Para famílias que tenham sofrido alguma emergência com aluguel, que tenham sofrido alguma emergência em área de risco, que tenha caído com a chuva, etc. e tal, como a senhora conhece, como é o caso da várzea do Tietê, é uma coisa emergencial, encheu a casa de água, etc. e tal, e mais as famílias que estão em frente de obras de urbanização, por exemplo, em Heliópolis nós colocamos em aluguel 3.000 famílias em situação de risco, córregos, etc. Temos 18.000 famílias em aluguel.

P – Dezoito mil. E a quantidade de unidades que estão sendo construídas? Já tem licitação?

R – Trinta e um mil duzentos e vinte e cinco. No dia 19 de dezembro, pode ser encaminhado antes, e se levantamento de um a um, cada terreno, cada contrato existente, cada projeto elaborado será publicado e aí tem cada local...

P – Que tem licitação e já está em andamento de, e não que ainda tem processo, que vai acontecer, um dia...

R – Não, não.

P – Já está organizado para a construção?

R – Sim. Inclusive, se vocês quiserem eu posso enviar – até amanhã – essa relação para vocês.

P – Presidente, desculpe eu me alongar, mas eu tenho mais dois assuntos a tratar. Um é quando você fala, quando a Dra. Elisabete França coloca a questão dos cadastros. Sabe-se que têm os cadastros, mas, muitas vezes, temos dificuldades, a comunidade tem dificuldade de estar se cadastrando. Haja vista a Favela do Piolho, há denúncias de que a maioria dos moradores não conseguiu efetivar o cadastramento junto à Prefeitura por não terem apoio na hora do preenchimento. São pessoas muito simples, com dificuldade de fazer preenchimento daquele cadastro enorme, você tem que ter apoio. Muitas das famílias, de acordo com todas as dificuldades, acabaram abandonando o cadastro, não tiveram condições

de atender às exigências burocráticas.

Sobre a Favela do Moinho, sabemos que por conta da falta de plano habitacional muitas das famílias estão participando de ocupações no centro de São Paulo. Aliás, essas ocupações estão sofrendo violência da força policial nas reintegrações de posse, contra as famílias, contra os sem teto que ocupam prédios vazios.

A minha pergunta é: quantas famílias a senhora já colocou? Foram 800 famílias na questão do Moinho, mas também explicar a questão do cadastro.

Outra pergunta: aqui no centro da cidade há muitos prédios que ainda estão vazios, que têm condição, a própria Prefeitura, passar esses prédios para a Prefeitura, fazer reforma e usá-los como forma de atendimento já que são prédios que precisam de reformas. Claro, são reformas grandes, mas são mais rápidas do que necessariamente você esperar compra de terreno, construção, etc. Queria saber: no centro da cidade, quais foram as ações que a Prefeitura teve para poder ter esses prédios que estão abandonados na cidade? E também uma resposta quanto ao cadastro.

R – Quanto ao cadastro, acho que houve um engano, Vereadora. Não é a família que preenche o cadastro, é a nossa equipe social.

O cadastro é feito ou no local, quando existe um plantão social, como é o caso da Favela do Moinho, ou existe uma central de habitação, na Avenida São João. É muito adequada. Nós fizemos uma central própria. Antigamente, isso era, as pessoas não eram recebidas com a devida dignidade. Hoje tem uma central, onde a família faz o cadastro. Então, acho que é um engano de, de essas famílias não poderem ter feito o cadastro. Acho que isso precisa ser verificado.

Quanto à área central, nós temos um programa de compra de prédios. Nós já demos decreto de interesse social em 53 deles, inclusive alguns foram ocupados depois de dado o decreto, o que inviabiliza a reforma, mas estamos trabalhando no sentido de reformar esses prédios. Vários estão em obras. Nós estamos trabalhando muito com o Governo Federal,

no sentido de se aprovar a resolução que permite a utilização do *Minha Casa Minha Vida* para reforma, que, até o momento, isso não é permitido, o que isso prejudica bastante a chegada de recursos federais para esse trabalho, mas eu acredito que agora, na continuação do trabalho no centro, isso, com certeza, será facilitado. A resolução deve ser agora aprovada, e aí teremos mais recursos, mas existem, nesses 52 empreendimentos, previstas a construção de 2.500, 2.700 unidades, que, cuja utilização deverá ser definida no âmbito do Conselho Municipal de Habitação, se é locação social, se vai ter uma pontuação maior para aqueles que estão cadastrados por terem saída de incêndio, área de risco na região central, etc. e tal. Então, acho que existe aí uma política bastante clara sobre essa ocupação dos edifícios vazios na área central.

Quanto à ocupação, ela é de outro tipo, ela é uma ocupação promovida pela Frente de Luta pela Moradia nos terrenos, nos prédios desapropriados. Isso é complicado, porque a hora que você ocupa um prédio em fase de desapropriação, a lei não permite a desapropriação. Então, é uma forma de luta, para que sejam atendidos apenas aqueles que são membros da Frente Luta por Moradia. Uma parte do movimento de moradia, o MM, por exemplo, não concorda com esse tipo de luta pela moradia na região central. Então, acho que não há muita ligação aí entre a gente não ter atendido o Moinho e as ocupações terem esse(?) dado(?), inclusive a frente não é um movimento que atuou durante o processo do incêndio do Moinho.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Quanto à questão do cadastro, quando a gente fala na dificuldade, realmente, as assistentes sociais ficam no local, mas no horário comercial. Muitas das famílias têm de trabalhar. Então, muitas pessoas acabam não tendo também a oportunidade de se cadastrar. Então, isso é um fato que acontece não só no Moinho, mas em outras regiões que a gente também acompanhou. Então, eu encerro aqui as minhas perguntas, Presidente, porque eu já acabei passando muito do tempo, e a gente ainda tem as comissões respectivas, às 2h(?), para poder ir para a Saúde, no meu caso e no caso do Floriano, do

Vereador Floriano.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Agora, pela ordem, o Vereador...

O SR. FLORIANO PESARO – Beth França, Secretária, as informações que você nos traz são muito importantes, muito relevantes. Eu pedi para ficar constando aqui, dos Anais da CPI, para que também se desmistifique um pouco esse tema, que é sempre um tema que mistura o tema da inclusão social com a questão de urbanização, que é uma questão complexa, em qualquer grande cidade do mundo, ainda mais numa cidade que foi construída sem nenhum planejamento, como a cidade de São Paulo.

Eu só quero lembrar à Vereadora Juliana que quem politizou a questão não fui eu, quem politizou essa questão durante o período eleitoral foi o PT, através de uma das suas especialistas em educação chamada Raquel Rolnik. Ela que politizou, quando veio, como alta funcionária do Governo Federal, dizer, aqui, em São Paulo, o que está ou não acontecendo, sem ter nenhum indício, nenhum indício, de que os incêndios em favela tinham, de fato, algum viés criminoso ou de especulação imobiliária, ao contrário. Esse caso que a Vereadora Juliana levantou, da Favela do Moinho, houve uma briga entre um casal. Isso que foi noticiado quando do incêndio: de que um moço teria sido abandonado por sua esposa ou por sua namorada e resolveu colocar fogo na casa. Isso que foi noticiado na Imprensa. Não sei como terminou a investigação final sobre esse fato.

Outro ponto interessante é levantar os dados. Aliás, Vereadora Juliana, tenho profundo respeito por sua atuação e a senhora sabe disso, o quanto considero seu mandato. Seu mandato é exemplar, do ponto de vista da preocupação, da atenção que dá aos temas, especialmente os temas que nos são caros e que são os temas sociais. Mas quem politizou foi o PT, quando foi o Senador Suplicy, por várias vezes, ali em uma atuação supostamente de defesa dos pobres e oprimidos, quando, na verdade, falsificava informação, dizia coisas falsas para a Imprensa sem nenhuma comprovação técnica, científica ou policial.

Isso, em minha opinião, é irresponsabilidade do agente público. E não fez por uma

única vez. Fez mais de uma vez. Mas não venha o Senador Suplicy, ou a especialista petista Raquel Rolnik dizer dos números de incêndio, na cidade de São Paulo, na administração petista ou na administração do Prefeito Serra ou do Prefeito Kassab.

Então, Secretária Beth França, cabe, neste momento, até para que fique constando, também, do relatório da CPI, que eu possa apresentar, aqui, os números.

Na gestão da Marta, em 2001, tivemos 224 incêndios em favelas de São Paulo. 224 incêndios em 2001. Em 2002, foram 169 incêndios. Em 2003, foram 200 incêndios. Em 2004, foram 185 incêndios. Então, 224, 169, 220, 185.

Na gestão do Serra, em 2005/2006, tivemos em 2005, 151 – começa a diminuir; 2006, 156 – estabiliza.

Começa o Programa Previne; começam as ações da Prefeitura; começa a responsabilidade SOS agentes públicos em convencer, muitas vezes, lideranças comunitárias a iniciar o programa, especialmente, nas comunidades, nas favelas de maior risco iminente de incêndio.

Entramos na gestão Kassab, em 2007, com 120 incêndios; 2008, 130; 2009, 129; 2010, 31; 2011, 79; 2012, tenho 69 e a Juliana falou em trinta e poucos. Portanto, 10% do número de incêndios da gestão petista na cidade de São Paulo.

Essas foram as minhas considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pela ordem, Presidente.

Vereador Floriano Pesaro, fico, assim, impressionada, de verdade, com... porque o senhor não quer ver a realidade. De verdade.

Até convido o senhor para participar de algumas comunidades, não só a questão petista, mas outros grupos políticos também, outros movimentos de moradia andam e acompanham.

Hoje, a realidade da habitação, na cidade de São Paulo, foi muito aquém. O que

tem, no Orçamento da cidade de São Paulo, que hoje temos 38 bilhões e esse ano de 2010 foi 48, 42 bi, só na habitação tivemos mais de 1,3, chegando a quase 2 bilhões. É isso que está colocado aqui por minha assessoria.

Você tem projetos – Minha Casa, Minha Vida – que poderiam ter em todos os municípios, em torno de nós. “Ah, mas é porque na cidade de São Paulo o valor é maior”. Outras cidades, como Diadema, São Bernardo, lugares que têm a valorização do imóvel alto, conseguiram fazer Minha Casa, Minha Vida.

Então, se formos politizar, eu vou, então, politizar com o senhor.

A gestão Serra/Kassab ficou muito aquém na área da Habitação.

Em vez de fazer programas sociais para as pessoas saírem das suas casas e irem para outras casas, tem a questão do mutirão, valorizar e fazer com que as pessoas saíssem das favelas e tivessem dignidade para ir para uma casa melhor isso não foi feito. É tudo Bolsa União. É sempre Bolsa União, é a mesma coisa. Você paga 350 reais para a pessoa ficar morando num lugar que... Hoje na cidade de São Paulo, com 350 reais, você não aluga nada. Lá em Cidade Tiradentes, que é mais longe, Iguatemi ou um pequeno cômodo talvez seja 700 reais, 600 reais.

Então, agora dizer que a Raquel Rolnik, que é uma pessoa conceituada na área da Habitação, porque fez muitos trabalhos importantes na área da Habitação, inclusive na gestão da Luiza Erundina, onde a gente mais fez área de Habitação na cidade de São Paulo e o Senador Eduardo Suplicy, que é uma pessoa que acompanha tudo na área da Habitação.

Então, não vou ficar politizando aqui. O fato é que existem, sim, incêndios na favela. O fato é que existe, sim, uma especulação imobiliária. Agora, eu vou tentar fazer... Não tem problema. Eu também levanto números pela internet, eu também levanto. E eu também posso colocar para o senhor exatamente os mapeamentos, porque a gente tem também os mapeamentos oficiais para poder mostrar. Então, não adianta ficar aqui querendo sair do assunto da CPI dos Incêndios. A gente quer, de verdade, é saber exatamente o que está

acontecendo e investigar nos autos. E hoje a gente vê aqui que infelizmente fica politizando e não trabalha realmente o que precisa, que é saber sobre o requerimento da CPI dos Incêndios.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Eu gostaria de, antes de passar a palavra para a nossa entrevistada de hoje, a Secretária Adjunta Elisabete França, reforçar as palavras do nobre Vereador e dizer que nunca em São Paulo se fez tanto assentamento como no Governo do Kassab. Eu acompanhei, participei ativamente, até porque sou de uma região carente como o nobre amigo Vereador falou. Sou de uma região bastante carente, zona Leste, Vila Prudente, Sapopemba, Teotônio Vilela, depois vou lá para São Miguel, Itaim também, então, a gente conhece bem o outro lado da periferia. Então, nunca, só para registrar, antes de passar a palavra para a Secretária Adjunta, nunca tivemos tanto assentamento como no Governo Kassab. Agora passo a palavra para a Secretária Adjunta Elisabete França.

O SR. FLORIANO PESARO – Pela ordem, Presidente. Só para prioridade, Bete, você tem números globais de famílias...?

A SRA. ELISABETE FRANÇA – É sobre isso que vou falar.

P – Por favor, porque senão... Justamente é para despolitizar. Eu sei que é difícil, porque a prática petista é politizar, mas se você pudesse dar os números, a gente deixa consignado aqui os números, como eu fiz aqui da realidade sobre incêndios em favelas. Você poderia dar o número dos assentamentos em São Paulo, por favor?

R – Não, eu gostaria de pedir licença, eu encaminharei amanhã o relatório completo das intervenções feitas na área da Habitação na cidade de São Paulo. Só para adiantar, nós trabalhamos no Programa de Urbanização de Favelas com 80 mil famílias. No Programa Mananciais, com aproximadamente 80 famílias; no Programa de Regularização de Loteamentos, com 60 mil famílias e outros mais. Por exemplo, nós temos um programa para consertar o desastre que é o Projeto Cingapura, ocupado e tal, tem de reformar. O total de famílias, Vereadora, eu acho que iria ser muito importante se a senhora pudesse se debruçar

nesse relatório. Beneficiadas com algum tipo de atendimento na área habitacional, aí incluído Minha Casa Minha Vida, são 12 mil unidades Minha Casa Minha Vida contratadas na cidade de São Paulo, enquanto que em São Bernardo tem 140, mais 200. Então, não procede essa informação que não existe Minha Casa Minha Vida aqui. Muito bem.

No total de famílias, esse relatório mostra, bairro a bairro, foto, quanto foi o investimento. São 360 mil famílias que receberam atendimento.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELISABETE FRANÇA – Sim, Dra. Vereadora, mas acontece o problema da precariedade em São Paulo não começou em 2005. Isso é uma herança grande. O Brasil inteiro tem esse tipo de problema, mas nós conseguimos atender, das 900 mil famílias que vivem em algum estado de precariedade. Nós conseguimos atender 360 mil, mais de 1/3, em absoluto acordo com o Plano Municipal da Habitação, que estava para apreciação aqui, na Câmara dos Vereadores, mas eu gostaria que vocês então recebessem esse relatório. Tem um a um, agora desculpa a observação, mas eu acho que é mais fácil para quem não trabalha, não é o caso dos Vereadores, claro, mas dos acadêmicos e da intelectualidade geral, que aponta tudo isso às redes sociais, é mais fácil trabalhar com as favelas mais centrais. Então, apontam, o Moinho tem problema, etc. e tal. São pessoas que não conhecem a pobreza. Então, acho que esse relatório vai ajudar bastante o trabalho da Câmara dos Vereadores.

Muito obrigada.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só queria requerer, Presidente, que também se incluía, dentro desse pedido que o Vereador, que coloque a quantidade de famílias que não estão sendo, e que estão cadastradas, no geral, do atendimento e as que ainda faltam serem atendidas em unidades habitacionais, porque também isso é bem importante para a gente fazer uma comparação do que tem e do que foi feito, para a gente poder colocar também em ponto de pauta que foi feito, mas o que foi ainda é muito aquém do que, realmente, está precisando na cidade de São Paulo.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Eu gostaria então, não havendo...

O SR. FLORIANO PESARO – Pela ordem, Presidente, só uma...

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – Eu queria registrar que esta Presidência recebe esse relatório até amanhã, e nós passaremos para todos os Vereadores que fazem parte da comissão.

O SR. FLORIANO PESARO – Presidente, queria solicitar, nesse relatório, se a Secretária Beth França(?) pudesse enviar também a execução orçamentária, porque a Juliana traz uma questão importante, que diz respeito a atendimento visa (ininteligível) quantidade de pessoas inscritas, mas é importante pegar desde o primeiro dia do Governo Marta até agora, se a senhora tiver esses dados, para poder fazer o comparativo de execução orçamentária, porque eu acho que o orçamento, se não me falha a memória, que não foram executados nem pela metade ainda na administração petista. Por isso que era importante ter esses documentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Edir Sales) – E agora nada mais a declarar, nada mais havendo, declaro encerrada a sexta reunião ordinária da CPI do Incêndio. A Secretaria enviará aos membros convocação, por e-mail, para a próxima reunião, dia 14/12, às 12 horas, onde será discutido e votado o relatório final da comissão.

Estão encerrados os trabalhos.